



GÊNERO

COMO ALGUÉM DA FAMÍLIA: RAÇA, ETNIA E O PARADOXO DA IDENTIDADE NACIONAL NORTE-AMERICANA¹

Patrícia Hill Collins

University of Maryland e University of Cincinnati

E-mail: patricia.hill-collins@uc.edu

Resumo: *As tensões entre os direitos individuais prometidos aos cidadãos dos Estados Unidos e a discriminação contra grupos afro-americanos e grupos étnicos/raciais semelhantes constituem um permanente paradoxo da sociedade norte-americana. Este ensaio examina esta contradição, explorando de que modo uma retórica familiar gendrada contribui para a percepção de raça e de identidade nacional dos Estados Unidos. Baseando-se nas experiências das mulheres afro-americanas para a análise, o artigo sugere que o tratamento de cidadania de segunda classe dispensado às mulheres afro-americanas espelha uma crença de que são "como da família", ou seja, legalmente essas mulheres são parte do Estado-nação estadunidense, mas, ao mesmo tempo, estão internamente subordinadas. Para investigar tais relações, o artigo examina: 1) como a intersecção das hierarquias sociais de raça e etnia fomenta uma compreensão racializada da identidade nacional estadunidense; 2) como a retórica gendrada do ideal familiar americano naturaliza e normaliza as hierarquias sociais; e 3) como a retórica da família gendrada incentiva construções racializadas de uma identidade nacional estadunidense como uma grande família nacional.*

Palavras-chave: *teoria racial; teoria de gênero; identidade nacional estadunidense; mulheres afro-americanas; ideologia familiar; raça; etnicidade e gênero.*

Oi, Marge! Tive um dia horrível... Bem, tive que pegar minha bola de cristal e ler para a Sra. C... Bem, ela é uma boa mulher, como dizem, e nunca tinha tido muitos problemas com ela, mas de vez em

¹ Este trabalho foi originalmente publicado na revista *Ethnic and Racial Studies*, London, v. 24, n.1, jan. 2001.





GÊNERO

Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana

quando ela me incomoda com seu jeito... Hoje ela trouxe uma amiga para o almoço e eu estava muito ocupada limpando as coisas e ela me chamou para apresentar a mulher... Ah, não, Marge! Eu não achei ruim, eu cumprimentei a senhora e então voltei ao meu trabalho... E aí começou! Eu podia ouvi-la falando alto.... e disse à sua amiga: "Nós *simplesmente* a amamos! Ela é *como se fosse* da família e ela *simplesmente adora* nossa Carolzinha! Não sabemos o que fariamos sem ela! Não a vemos como empregada!" E falou e falou... e toda vez que eu entrava para tirar um prato da mesa as duas me sorriam com um sorriso meloso e falso (CHILDRESS, 1986, p. 1-2).

Nesse trecho de "Like One of the Family", um dos 62 monólogos ficcionais escritos pela escritora afro-americana Alice Childress, conhecemos Mildred, uma empregada doméstica afro-americana e sua grande amiga Marge. Tendo aparecido pela primeira vez no jornal *Freedom* de Paul Robeson com o título "Conversations from life", as curtas conversas entre Mildred e Marge continuaram a ser publicadas no *Baltimore Afro-American* como "Here's Mildred". Muitos leitores afro-americanos desses jornais eram empregados domésticos, e as histórias de Mildred ecoavam suas vozes silenciadas (HARRIS, 1986). Portanto, a identidade de Mildred como uma trabalhadora doméstica afro-americana e o lócus inicial de publicação desses contos ilustram uma prática cada vez mais incomum na produção intelectual afro-americana – uma autora afro-americana escrevendo para uma audiência trabalhadora afro-americana, usando um meio de comunicação controlado por descendentes de africanos.²

A passagem acima apresenta dois temas importantes em relação às conexões entre raça, etnia e identidade nacional dos Estados Unidos.³ O primeiro diz respeito às percepções notoriamente diferentes que os grupos raciais/étnicos podem ter sobre as desigualdades sociais que os circundam (COLLINS, 1998a, p. 44-76). O texto sugere, em particular, duas visões do significado de raça e cidadania na sociedade estadunidense. Uma fomentada por grupos mais poderosos, que minimizam sua importância, e outra por grupos menos poderosos, que têm *loci* limitados para propor argumentos alternativos. O diálogo superficial entre a Sra. C. e Mildred é exatamente da forma que a Sra. C. quer. Atando Mildred a uma posição de membro amado da família, embora de segunda classe, a Sra. C. ignora as relações de força que ligam as duas mulheres. Além disso, a crença da Sra. C. em estruturas de autoridade aparentemente naturais que ela traz em si permite que mascare o poder real envolvido.

² Publicado em 1956 por um pequeno editor, esta valiosa coletânea do trabalho de Alice Childress ficou esquecida por duas décadas. Reconhecendo nos monólogos de Mildred uma fonte de análise provocativa afro-americana feminista sobre questões de raça, gênero e classe nos Estados Unidos, o crítico literário Trudier Harris teve sucesso ao reeditar a coletânea em 1986 sob o título *Like One of the Family*, que também foi o título do primeiro volume. Apesar dos esforços de Harris, o trabalho de Childress ainda não é reconhecido.

³ Ao explorar essas ligações, é importante fazer a distinção entre os termos nação, estado-nação e nacionalismo. Esses termos são freqüentemente usados como se fossem semelhantes, mas referem-se a coisas diferentes. Uma "nação" consiste num grupo de pessoas que acreditou ter sido formado por um passado comum e está destinado a viver um futuro comum. Esta idéia, em geral, é fomentada por características culturais comuns, tais como a língua e os costumes; um território geográfico bem definido; a crença em uma história ou origem comuns, e de que laços mais próximos existem entre membros da nação do que com estranhos; um sentido de diferença em relação aos grupos à sua volta; e hostilidade mútua em relação a grupos externos. O conteúdo específico de uma língua, cultura e sistemas de crenças de um grupo forma sua identidade nacional. Nacionalismo é a ideologia aplicada por grupos que querem ganhar ou manter o poder político para sua "nação". Por fim, quando um grupo nacional adquire poder de estado suficiente para atingir seus objetivos, ele controla o estado-nação (CALHOUN, 1993; YUVAL-DAVIS, 1997).





Patrícia Hill Collins

O qualificador “como” é essencial aqui, pois sinaliza o poder da Sra. C. de definir o que significa família e posicionar Mildred dentro de sua concepção de família normal. Desde que Mildred conheça seu lugar na família como uma trabalhadora subordinada, ela pode ficar. As formas de se compreender a identidade nacional estadunidense, com a cidadania marcando as categorias do pertencimento, reforçam esse tipo de idéia. A impressão que a Sra. C. tinha de que tratava Mildred “como” alguém de sua família espelha as famosas crenças dos americanos brancos de que afro-americanos, nativos, chicanos, porto-riquenhos e outros grupos étnicos/raciais historicamente oprimidos são tratados com igualdade suficiente dentro da sociedade dos Estados Unidos. Marcados pelo *status* de trabalhadores subordinados, tais grupos são tolerados enquanto permanecerem em seus lugares. Não é uma política de exclusão, mas de contenção. Americanos não brancos são *como nós*, estão *ligados* a nós, mas *não são nós*, sugere esse ponto de vista. Nesse contexto, como revela a verbosidade da Sra. C. e os silêncios forçados de Mildred, americanos brancos raramente chegam a escutar os pontos de vista expressos sem censura pelos afro-americanos sobre as experiências americanas que, aparentemente, compartilham.

As palavras da Sra. C. nessa passagem de “Like one of the Family” também indicam um segundo tópico importante no que tange às relações entre raça, etnia e identidade norte-americana: a importância da retórica de família em normalizar e naturalizar todo esse processo (COLLINS, 1998b). Diferentemente da análise feminista, que culpa os homens brancos pela opressão de raça, mas permanece estranhamente calada em relação à culpabilidade das mulheres brancas, o trecho de Childress mostra como o poder racial opera entre as mulheres. Com este movimento, ela envolve tanto homens quanto mulheres na construção da desigualdade racial e introduz uma análise importante de gênero na discussão da cidadania estadunidense. De acordo com a lógica predominante, uma vez que as relações familiares são geralmente tratadas como assunto privado, tanto as famílias quanto as mulheres ligadas a elas estão fora das atividades da esfera pública que legisla a questão racial, étnica e de condição de cidadania. Mas tratar as mulheres como o único grupo em que o gênero importa e relegá-las à esfera aparentemente privada da família, efetivamente elimina o gênero dos temas políticos significativos em relação a tais condições. Mostrando de que modo a hierarquia racial é construída e naturalizada *dentro* de um ambiente familiar, o texto de Childress dissolve esse binário público/privado. Em vez disso, a ficção de Childress nos encoraja a examinar a função dual da família. A família opera como uma ferramenta ideológica que tanto constrói quanto mascara as relações de poder. A sensação da Sra. C. de que Mildred é como alguém da família construiu e mascarou a dinâmica de poder de raça e classe que deu forma às suas interações diárias. Ao mesmo tempo, a família constitui um princípio fundamental da organização social. A Sra. C. e Mildred são membros de diferentes famílias biológicas e raciais. Na sociedade estadunidense, onde a família e a linhagem racial são, há muito, usadas para distribuir direitos e obrigações sociais, nascer em uma família branca ou negra continua sendo de importância vital.





GÊNERO

Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana

Usando as experiências de mulheres afro-americanas tais quais Mildred como referência, exploro, neste artigo, a forma como este construto de mulheres afro-americanas “como alguém da família”, estimula nosso entendimento das relações entre raça, etnia e identidade nacional estadunidense. A situação de Mildred ilustra um paradoxo fundamental dessa identidade, ou seja, de que forma a promessa de direitos individuais a ela garantidos pela lei americana se compara à realidade do tratamento diferencial coletivo que recebe em razão de sua raça, gênero e classe. A situação de Mildred também dá pistas importantes sobre a maneira como essas relações chegam a ser consideradas normais e naturais, além de evidenciar a importância da retórica e da prática para este complexo processo de normalização e naturalização.

A pesquisa sobre as relações em questão revela uma característica aparentemente peculiar da sociedade dos Estados Unidos: a curiosa combinação de mudança e continuidade que caracteriza suas instituições sociais. Como pôde essa sociedade ter passado por uma reorganização social tão grande desde suas origens colonizadoras dos anos 1600, e, no entanto, continuar caracterizada por uma hierarquia racial tão profunda? As muitas mudanças na economia política dos Estados Unidos certamente deram grandes oportunidades para a dissolução dessa hierarquia que caracterizou esse início do Estado-nação estadunidense. Por que, então, a raça continua a ser importante?

Sobre mudança e continuidade: raça, etnia e identidade nacional estadunidense

O filósofo Etienne Balibar (Balibar and Wallerstein, 1991) identifica os racismos externo e interno como dois fenômenos inter-relacionados que aparecem em diferentes sociedades. Os racismos externos ocorrem quando poderosos grupos raciais têm como objetivo remover grupos menos poderosos das escolas, do trabalho, dos bairros, das regiões, dos Estados-nações, ou de outros espaços sociais que tais grupos entendam como de sua propriedade, ou acreditem ter direito adquirido por nascimento. Como racismos de eliminação ou extermínio, os racismos exteriores alimentam idéias e práticas que excluem os de fora, ou “outros”, desses espaços. Concebidos para manter a homogeneidade racial dos bairros, da escola, da categoria ocupacional ou do Estado-nação, tais racismos almejam purificar o espaço geográfico ou social da ameaça que as raças inferiores possam representar. Expressos por práticas tais como xenofobia, genocídio, ou a chamada limpeza étnica, os racismos externos querem suprimir as raças indesejáveis do espaço que é considerado um lugar com prerrogativas de lar.

Por outro lado, os racismos internos ocorrem quando os grupos raciais mais poderosos subordinam grupos raciais menos poderosos dentro de uma sociedade, geralmente porque precisam destes para manter seu padrão de vida. As práticas associadas ao racismo interno normalmente exploram os grupos raciais mais fracos para beneficiar grupos sociais mais poderosos. Sendo racismos de opressão e explo-

30 Niterói, v. 8, n. 1, p. 27-52, 2. sem. 2007





GÊNERO

Patricia Hill Collins

ração, os racismos internos alimentam idéias e práticas que dividem a sociedade em grupos sociais distintos, e mantêm as hierarquias sociais por meio de identidades racializadas de grupo. Expressos por práticas como o colonialismo, o *apartheid* e a segregação racial, os racismos internos incluem e controlam os grupos raciais menos poderosos dentro desse espaço de privilégios domésticos.

Nenhuma forma aparece por si mesma enquanto analiticamente distinta e, por permanecerem profundamente entrelaçados, os racismos externo e interno reforçam um ao outro, com freqüência, dentro das fronteiras dos Estados-nações preexistentes. O anti-semitismo virulento, na Alemanha e na Áustria dos anos 1930, que influenciou as políticas do Estado-nação nazista ilustra como o racismo interno, que “guetizou” as populações judias com o propósito de explorá-las e controlá-las, se transformou em um racismo externo de genocídio. Ambas as formas de racismo foram anexadas a uma agenda nacional racial com trágicas conseqüências. Da mesma forma, a ascensão ao poder dos Estados-nações europeus, tais como Grã-Bretanha, Alemanha, Itália, França, Espanha e Portugal, baseou-se, em grande parte, nas conquistas coloniais da África, América do Norte e América Latina, bem como nas relações imperiais com os povos asiáticos. A aparente pureza dentro das fronteiras, anteriores às lutas anti-coloniais do Estado-nação europeu, demandou os racismos externos de exclusão dos estrangeiros do espaço doméstico europeu, bem como a eliminação dos povos nativos das terras conquistadas. Mais recentemente, no entanto, com a crescente migração de pessoas da África, Ásia e do Caribe para esses mesmos Estados-nações, os mecanismos de racismo interno tornaram-se mais importantes.

O que acontece quando esses racismos duais tornam-se constituintes dos momentos *fundantes* de um estado-nação? A identidade nacional pode-se tornar tão comprometida por processos raciais tão profundos, que se torna difícil conceber a identidade nacional em outros termos que não o racial. A formação dos Estados Unidos como um Estado-nação, bem como da identidade nacional, reflete tristemente a emaranhada ligação entre os racismos interno e externo. Ao formar uma sociedade colonizadora que privilegiava a branquitude, os colonizadores europeus americanos acreditavam ter o direito pela terra e pelos recursos, já que eram um novo povo, uma nova nação. Durante o período colonial, a branquitude, seja de brancos proprietários ou de brancos serviçais, foi definida em oposição ao *status* de não-brancos, ficando acima desse *status* conferido aos autóctones e africanos escravizados. Esse triângulo racial central entre os colonizadores brancos, povos autóctones e africanos escravizados tornou-se fundacional para o novo Estado-nação dos Estados Unidos.

Os autóctones enfrentaram o racismo externo, sendo tratados como estrangeiros intrusos ou como “nações” em sua própria terra natal. Inicialmente conquistadas e, com freqüência, mortas em guerras durante a colonização e durante os primeiros 100 anos do Estado-nação, as populações autóctones tornaram-se “índios” ou nativos, enfrentando um excesso de tratados rompidos e políticas públicas dedicadas

Niterói, v. 8, n. 1, p. 27-52, 2. sem. 2007 31





GÊNERO

Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana

a exterminá-los.⁴ Por sua vez, na época dos colonizadores, os africanos escravizados enfrentaram o racismo interno de serem comercializados, trocados como mercadoria e explorados para o trabalho manual na agricultura do sul, assim como as mulheres afro-americanas, para o trabalho reprodutivo. Os mecanismos de racismo interno certamente mudaram com o tempo – segundo Jim Crow, passaram da escravidão para uma discriminação racial profundamente arraigada no ambiente doméstico, na educação e no trabalho –, mas a necessidade de exploração do trabalho negro persistiu. O racismo externo, que tinha como alvo os povos autóctones, indicava a necessidade do colonizador branco de eliminar os nativos americanos de seu espaço, enquanto o racismo interno, direcionado aos afro-americanos, marcava a dependência da nova nação em relação ao trabalho africano. Além disso, as ligações entre os colonizadores europeus, povos autóctones e povos descendentes de africanos não apenas formaram um modelo para a construção das categorias de cidadania estadunidense – o cidadão branco, de primeira classe; o índio exótico, que fica fora da cidadania; e o cidadão negro, de segunda classe – mas a relação *entre* esses três grupos tornou-se fixa, como um ingrediente essencial para uma identidade nacional americana fundamentalmente racializada.

A efetivação dessa identidade nacional racializada exigiu a redução de uma grande quantidade de etnias que caracterizavam as populações européias, indo-americanas e africanas em três categorias raciais principais. Ingleses, franceses e noruegueses tornaram-se americanos brancos, cujo poder, com o tempo, lhes permitiu apagar a suposta branquitude associada ao “americano” de sangue puro como uma categoria de identidade visível. Mas, enquanto a branquitude era apagada, as diferenças de classe entre os brancos persistiam como marcadores visíveis da identidade estadunidense. Os cheroquí, os moicanos e os navajos tornaram-se nativos que foram eliminados do corpo político e “guetizados” em colônias, ou “reservas”, semi-autônomas. Apesar da ironia do termo “nativo americano”, estes foram vistos mais como estrangeiros do que como americanos natos. Ibo, lorubá e Axânti tornaram-se negros que, com a migração para as cidades, encontraram uma forma de colonização urbana parecida com aquela reservada aos nativos americanos rurais. Sempre subordinados dentro do Estado-nação, os descendentes de africanos carregaram o estigma automático de cidadania de segunda classe. Tanto os nativos quanto os negros eram marcados pela raça, que ficou como *proxy* para classe. Além disso, a criação desse triângulo fundacional de raça de brancos, nativos e negros, consagrado pela lei e costumes estadunidenses, demandou um rompimento de múltiplas etnias dentro de cada categoria racial para criar as próprias categorias. Brancos, nativos e negros foram construídos tanto na relação mútua, quanto da essência das etnias preexistentes.

Como marcadores de direitos raciais, tais categorias estruturam modos diferentes de pertencimento ao Estado-nação, a saber, há variações da cidadania de

⁴ Há grandes diferenças de opinião em relação à denominação dos grupos nativos. Termos como “índios americanos”, “índios”, “americanos nativos” e “povos nativos” foram usados por vários grupos. Neste artigo, uso “americanos nativos”, embora saiba que está longe de ser uma escolha perfeita.





Patricia Hill Collins

primeira classe para brancos americanos de diversas classes; um *status* de cidadania ambíguo e contestado para os povos autóctones; e uma segunda classe permanente para descendentes de africanos. As relações entre esses três grupos raciais não foram apenas formadoras da identidade nacional estadunidense e sua codificação no início do Estado-nação. O triângulo racial também tem sido repetidamente retrabalhado em resposta às exigências dos períodos históricos subseqüentes. Como o triângulo do branco, nativo e negro está, historicamente, no centro da identidade nacional, ele não desapareceu, nem se transformou radicalmente. Em vez disso, a flexibilidade dos significados raciais permitiu que o triângulo mudasse de forma, mas não de essência. Tanto para grupos étnicos existentes como para imigrantes, o processo de ser ou tornar-se “americano” implicou em dirigir-se a uma posição em relação aos pontos de referência racial de branco, nativo e negro. Contudo que a circunferência nacional formada pelo triângulo racial permanecesse intacta, ou seja, o racismo externo de extermínio caracterizando a relação povo branco/povo nativo; o racismo interno da escravidão, caracterizando a segregação de Jim Crow; e a segregação do gentio caracterizando a relação branco/negro, então a identidade nacional americana teria sentido. Todo o resto poderia mudar, mas o triângulo racial dava uma continuidade importante à identidade nacional estadunidense.

É importante lembrar que o triângulo descreve um padrão para a conceituação da identidade nacional dos Estados Unidos. Grupos populacionais de fato nunca se encaixaram bem nessas categorias. Por exemplo, a população latina constitui diversas misturas de todas as três categorias “raciais” e, portanto, desde seu início, constituiu-se num desafio importante para o triângulo racial. Ou melhor, ele instituiu padrões em relação aos quais os indivíduos e os grupos medem sua identidade racial. Ironicamente, a maioria da população poderia se definir como não pertencente a nenhuma destas categorias, mas consegue manter a hierarquia racial porque elas permanecem necessárias.

A persistência desse triângulo racial explica, em parte, como a sociedade estadunidense, apesar de sofrer extensa reorganização de suas instituições sociais básicas e populações étnicas em consequência das fases do desenvolvimento capitalista, ainda assim, continua a reproduzir, de alguma forma, uma hierarquia racial que parece fixa. Os brancos estavam no alto da hierarquia no início desse Estado-nação que dependia do capitalismo agrário, e ali continuam hoje em dia. Os nativos americanos e afro-americanos estavam embaixo, e estes grupos ali permanecem até hoje. Apesar da grande reorganização social das instituições nacionais dos Estados Unidos durante as transições do capitalismo industrial para o capitalismo global, que depende da indústria de serviços, a configuração básica do triângulo racial persiste. Com o tempo, mudam as definições de branco, de nativo e de negro; o tamanho, a aparência física e os atributos culturais das populações incluídas em cada categoria, bem como a terminologia de fato usada para descrevê-las. As etnias vêm e vão, mas, mesmo assim, persiste a *necessidade* das categorias raciais como tal (OMI; WINNANT, 1994).





GÊNERO

Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana

Essa lógica étnica/racial estrutura o entendimento da identidade nacional americana pelos Estados Unidos. Estes são freqüentemente vistos como um exemplo importante de nacionalismo cívico, uma forma de nacionalismo que surgiu nos Estados-nações modernos, e que são caracterizados por traços tais como instituições democráticas, a proteção de direitos individuais, e a crença na lei como uma forma de mediar as demandas de grupos com interesse especial (CALHOUN, 1993). Como uma nação cívica, os princípios democráticos da Constituição dos Estados Unidos prometem igualdade para todos os cidadãos americanos porque, apesar da raça, da origem nacional, e da condição anterior de servidão e cor, todos os cidadãos são iguais perante a lei. Por estes princípios, os Estados Unidos querem moldar uma nação a partir de muitos grupos étnicos diferentes e encorajar a cooperação inter-étnica entre os cidadãos.

Mas, como sugere este argumento, que relaciona a raça, a etnia e a identidade nacional estadunidense, o funcionamento real dessa sociedade poderia estar mais próximo a idéias associadas ao nacionalismo étnico do que geralmente se percebe. Dentro dessas premissas, uma “nação” é formada por um grupo de pessoas que compartilham uma etnicidade comum baseada em laços sanguíneos. No caso dos Estados Unidos, os brancos constituem tal “nação”, com a branquitude baseada em laços de sangue de pureza racial. Para uma nação étnica, as expressões culturais de seu senso de ser um “povo” – a música, a arte, a língua e os costumes – fazem parte de sua identidade nacional única. Porém, os brancos defendem instituições sociais apenas de língua inglesa, e habitualmente punem os falantes do inglês americano não-padrão e aqueles cujas instituições sociais não se encaixam numa suposta cultura branca. Sob este modelo de nacionalismo étnico, idealmente, cada grupo étnico deveria ter seu próprio Estado-nação, uma entidade política na qual o grupo étnico pudesse se autogovernar. Apesar desse conceito de nação ter uma longa história nas culturas européias (ANTHIAS; YUVAL-DAVIS, 1993; YUVAL-DAVIS, 1997, p. 26-9), é utilizado com menos freqüência, em questões relacionadas à identidade nacional estadunidense. Por ironia, os Estados-nações em que a associação étnica ou tribal confere direitos de cidadania são geralmente tidos como pré-modernos ou “retró-grados”, mas, quando chegamos aos Estados Unidos, o nacionalismo cívico parece apagar as evidentes bases étnicas de sua identidade. O paradoxo dessa identidade, que compara as liberdades democráticas associadas aos direitos individuais com a realidade do tratamento diferencial de grupos de brancos, autóctones e pessoas de ascendência africana espelha, portanto, uma tensão complicada entre as idéias de nacionalismo cívico e étnico.

Grupos de imigrantes há muito enfrentaram o desafio de negociar uma identidade americana étnica/racial dentro desse triângulo tão fundamental. O período de grande imigração para os Estados Unidos, assim como a importante migração interna de afro-americanos no início do século XX ilustram uma fase importante, na qual essa identidade foi renegociada. Ao chegar aos Estados Unidos, os grupos europeus cuja etnicidade irlandesa, italiana ou judaica pode tê-los separado de outras “raças” dentro de seus Estados-nações de origem, foram redefinidos como imigrantes

34 Niterói, v. 8, n. 1, p. 27-52, 2. sem. 2007





Patricia Hill Collins

étnicos, freqüentemente como estrangeiros não-brancos. Esses novos americanos-irlandeses, americanos-italianos e americanos-judeus possuíam qualidades biológicas para alcançar a identidade branca, mas não tinham vivência com o triângulo racial. Os membros desses grupos poderiam passar de cidadãos de segunda classe a cidadãos de primeira classe por meio da assimilação dentro das identidades americanas. Mas quais delas eram mais promissoras? Os imigrantes étnicos europeus deveriam ser colocados ao lado dos historicamente menos favorecidos afro-americanos e nativos americanos, cuja subordinação dentro das formas de racismo interno parecia terrivelmente familiar? Ou deveriam exigir o privilégio de pele branca necessário à cidadania americana de primeira classe?

Como nos lembra Noel Ignatiev (1995) em *How the Irish became White*, as respostas a tais questões estavam longe de serem claras. Para grupos que tinham sido tratados como “raças” subordinadas na Europa, a redefinição para “raça” privilegiada no contexto americano não ocorreu suavemente. A antropóloga Karen Sacks (1994) propõe algo semelhante: “Como os judeus tornaram-se brancos?” Apesar dos diversos caminhos tomados pelos grupos étnicos para a assimilação, demanda e apagamento da branquitude, o preço foi relativamente baixo em vista dos benefícios advindos da cidadania americana de primeira classe.

Os afro-americanos, forçados a assistir a este processo de assimilação europeu, muitas vezes acharam-no um remédio amargo de tomar. Em *A Rap on Race*, com a antropóloga Margaret Mead, o autor afro-americano James Baldwin descreve a importância da raça nas definições do que é ser americano:

Eu não agüentava mais ver as pessoas descendo pela prancha de desembarque na quarta-feira, vamos dizer, sem falar uma palavra de inglês e na sexta-feira descobrir que eu estava trabalhando para eles e eles estavam me chamando de *nigger*⁵ como todo o mundo. De forma que a experiência italiana ou mesmo judaica, embora dolorosa, é diferente da minha... por uma coisa. Não apenas por eu ser negro, mas eu sou um de nossos *niggers*, os americanos podem me tratar de uma determinada forma porque sou americano. Eles nunca tratariam um africano da maneira como me tratam (BALDWIN; MEAD, 1971, p. 67-8).

Neste trecho, Baldwin indica as relações entre assimilação, branquitude e cidadania de primeira classe, além de mostrar como o racismo interno de discriminação racial operou para manter os afro-americanos subordinados como cidadãos de segunda classe.

Os imigrantes afro-caribenhos do início do século XX logo descobriram que enfrentavam um desafio parecido, embora distinto, de sua contrapartida norteamericana. Eles também esperavam os benefícios de uma cidadania americana de primeira classe, mas descobriram que, quando “desceram pela prancha de desembarque na quarta-feira”, sua experiência da sexta-feira foi diferente da “experiência”

⁵ NT: forma pejorativa de nomear o negro nos E.U.A.





GÊNERO

Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana

italiana ou judaica. A estratégia de distanciar-se dos negros americanos pelo realce de uma identidade étnica caribenha tirou deles o peso do tratamento de segunda classe dispensado aos *niggers* afro-americanos, mas não lhes garantiu um tratamento de primeira classe. Reconhecendo tais contradições, grandes números de imigrantes afro-caribenhos uniram-se ao Movimento Garvey. Ao escolher ficar ao lado dos afro-americanos, com uma subsequente revitalização desta etnicidade, os membros do movimento Garvey e de organizações políticas semelhantes perceberam que continuariam sendo cidadãos de segunda classe enquanto o “branco” silencioso acompanhasse o termo “americano”. Suas experiências sugerem que o mito da assimilação como caminho social ascendente possível a todos os imigrantes tinha significado diferente para aqueles imigrantes que possuem características africanas identificáveis.

A aparente continuidade desse processo de uso das etnicidades múltiplas para a construção de uma identidade nacional estadunidense racializada (mas não a forma que as categorias de cidadania racializada assumirão em qualquer época histórica) levanta a questão de *como* este processo de racialização acontece. Certamente deve haver outros fundamentos que se integram a este modelo racial. Quanto a isso, o gênero importa muito, mas como?

O ideal de família americana: normalizando e naturalizando a hierarquia racial

Uma contribuição importante do feminismo estadunidense foi sua análise de como o ideal da família americana contribui para a opressão das mulheres (ANDERSEN, 1991). Este ideal tem vários componentes. Definido como um arranjo natural ou biológico baseado na atração heterossexual, as famílias idealizadas são formadas por casais casados, heterossexuais, que geram seus próprios filhos biológicos. Uma família que funciona bem protege e equilibra os interesses de todos os seus membros: mães e pais cuidam dos filhos; os adultos cuidam de seus pais idosos, e maridos cuidam de suas esposas. Todos contribuem para e se beneficiam da associação familiar na medida de suas capacidades. Apesar dessa aparente harmonia de interesses entre os membros da família, as hierarquias não apenas existem ali dentro, como são consideradas naturais, normais e necessárias à sua sobrevivência. As famílias normais têm uma estrutura de autoridade natural, a saber: um pai, o cabeça da família, ganhando um salário familiar adequado; uma esposa que fica em casa; e filhos. Aqueles que idealizam esse modelo familiar como o refúgio privado de um mundo público enxergam uma família unida por laços emocionais primários de amor e carinho por meio dessa estrutura de autoridade natural. Supondo uma divisão de trabalho sexual relativamente fixa, na qual os papéis das mulheres são definidos principalmente em casa e os dos homens no mundo público do trabalho, o ideal de família americana também supõe a separação entre trabalho e família.

36 Niterói, v. 8, n. 1, p. 27-52, 2. sem. 2007





Patricia Hill Collins

GÊNERO

Como os estudos feministas mostram (ANDERSEN, 1991; THORNE, 1992), este ideal incentiva as desigualdades de gênero. Em especial, noções de liderança masculina familiar simultaneamente privilegiam e naturalizam a autoridade masculina como uma premissa fundamental de toda a sociedade norte-americana. Assim como os pais são os cabeças do lar na esfera privada da família, eles também são cabeças das instituições sociais na esfera pública. Além disso, a noção de esferas apropriadas de influência para homens e mulheres estimula os conceitos gendrados de espaço público e privado. Como as mulheres são freqüentemente associadas à família, o espaço doméstico torna-se o privado, o espaço feminino, separado do espaço público, masculino, que está fora de seus limites. O espaço familiar está reservado apenas para os membros: os de fora podem ser convidados a entrar somente por pessoas da família, de outra maneira serão intrusos. Dentro dessas esferas gendradas de espaço público e privado, as mulheres e os homens novamente assumem papéis distintos. As mulheres devem permanecer em seu lar. Evitar o espaço público perigoso das ruas permite que a mulher cuide dos filhos, dos doentes, dos idosos e de outros membros dependentes da família. Os homens devem apoiar e defender o espaço privado, feminino, que abriga suas famílias. Acima de tudo, as noções de hierarquias de gênero naturalizadas propostas pelo ideal da família americana – o tratamento diferencial de filhos e filhas em relação à autonomia econômica e o acesso livre ao espaço público – se entrelaçam com práticas como as de ocupação definida pelo sexo no mercado de trabalho pago, e controle masculino no governo, nos esportes profissionais, nas ruas e em outros espaços públicos.

A importância do ideal da família americana para as hierarquias de gênero sugere que tal ideal pode funcionar de forma semelhante para outras hierarquias sociais. Por exemplo, por meio de sua importância como mecanismo de regular a propriedade, a família reaparece como uma instituição social importante na normalização das hierarquias de classe social (COLLINS, 1998b, 2000b). As leis de herança dos Estados Unidos dedicaram-se à transferência de riqueza intergeracional, não exclusivamente de indivíduo para indivíduo, mas através de linhagens familiares. No nascimento, os indivíduos herdam a riqueza acumulada e/ou o débito de sua família que, por sua vez, forma o capital social e real que define suas infâncias. Esta transferência intergeracional de propriedade e os ganhos dos proprietários significam que a família é uma instituição social importante na regulação de concentrações desiguais de riqueza e pobreza, especialmente de uma geração para outra (OLIVER; SHAPIRO, 1995).

A retórica familiar, portanto, funciona para naturalizar e normalizar as práticas sociais que distribuem riqueza e pobreza entre as famílias estadunidenses. A transferência intergeracional de riqueza e de dívida constitui um lugar importante no qual as hierarquias de classe social são reproduzidas. As práticas de mercado de trabalho, que distribuem os indivíduos pelos diversos segmentos e que, por sua vez, resultam em renda muito diferente para mulheres e homens em trabalhos diferentes, exigem regras que descrevam esse processo como algo essencialmente imparcial. As práticas de mercado de trabalho demandam uma estrutura de autoridade legítima que geralmente se baseia no ideal da família americana para ter significado. Por exemplo,

Niterói, v. 8, n. 1, p. 27-52, 2. sem. 2007 37





GÊNERO

Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana

dentro da lógica desse ideal de família, a idade ou o *status* são formas normais de hierarquia social, em que os adultos têm uma autoridade natural sobre as crianças, e irmãos e irmãs mais velhos são naturalmente responsáveis pelos mais jovens. Aqueles com mais *status* têm mais responsabilidades e mais vantagens. Idéias como essas parecem ser favoráveis e justas para criar uma estrutura de autoridade igualitária, normal. Ainda assim, quando mapeadas nas práticas de mercado de trabalho, tais noções tornam-se importantes para a produção de oportunidades e de desvantagens econômicas. A crença em máximas como “último contratado, primeiro despedido”, bastante difundida entre os trabalhadores, ignora as práticas de exclusão do passado, que discriminavam os grupos étnicos. Da mesma forma, a transferência intergeracional de riqueza que, por ironia, ocorria por meio do mecanismo de herança familiar, continua apoiada pela mesma crença de que os donos de escravos, os colonos e outros que fizeram fortuna em outras épocas gozavam de legitimidade inicial para a acumulação de bens.

Dessa maneira, as hierarquias sociais de classe e gênero baseiam-se na retórica e nas práticas associadas ao ideal da família americana. Ao mesmo tempo, essas hierarquias não invocam a família da mesma forma. Por um lado, as hierarquias de classe se baseiam solidamente em práticas de exclusão que parecem concebidas para manter as famílias separadas umas das outras. As práticas de exclusão apelam para noções de pureza de grupo. Lembrando os racismos externos, o objetivo é eliminar o grupo social transgressor – nesse caso, as famílias pobres e da classe trabalhadora – da competição por vagas na universidade, dos bons bairros e dos trabalhos profissionais que são considerados posse das famílias americanas de renda média ou alta. Por outro lado, as hierarquias de gênero apóiam-se bastante em práticas arquitetadas para subordinar os membros que estão permanentemente incluídos nas unidades familiares individuais. Para mulheres com cônjuges que agridem e para filhos com pais que abusam, a dominação vem misturada com o amor. Indicativo da percepção da Sra. C. sobre Mildred – “Nós *simplesmente* a amamos!” – a autoridade aparentemente natural de maridos sobre suas mulheres, pais sobre os filhos e patrões benevolentes sobre seus empregados negros mascaram o poder envolvido. Remanescentes das práticas associadas aos racismos internos, as hierarquias de gênero funcionam com a questão de uma diferença próxima, na qual se torna importante manter os diferenciais de poder entre indivíduos incluídos no mesmo sistema. Enquanto classe e gênero claramente operam juntos, as práticas familiares que aí subordinam e exploram podem ser menos visíveis como opressão, bem como mais difíceis de resistir, em parte, porque são aprendidas no contexto da família e no que ela deveria ser.

Pode-se destacar, por exemplo, a compreensão cada vez maior da pequena Carol sobre privilégio de classe, subordinação de gênero e racismo, como descrito por Alice Childress. Carol aprende as duas formas de hierarquia ao interagir com suas duas mães, a Sra. C. e Mildred. Apesar dos protestos da Sra. C. de que Mildred é como se fosse da família – “ela *simplesmente adora* nossa Carolzinha!” – Carol evidentemente sabia que sua mãe branca era superior à sua mãe negra. Como uma miniatura da Sra. C., Carol estava aprendendo um conceito gendrado do lugar da mulher branca

38 Niterói, v. 8, n. 1, p. 27-52, 2. sem. 2007





Patricia Hill Collins

em uma hierarquia de classe racializada. Da mesma forma, legiões de meninos e meninas ricos e de classe média vivem em lugares freqüentados predominantemente por brancos, vão a escolas praticamente só de brancos, e jogam em times de futebol cujos membros, em sua maioria, são brancos. Quando crianças como Carol encontram membros de grupos étnicos/raciais, tais indivíduos normalmente estão em papéis subordinados ou, mais modernamente, são amigos escolhidos a dedo, oriundos de classes sociais parecidas. Essas crianças aprendem o significado de uma hierarquia de classe social de maneiras específicas de gênero de dentro da segurança comprada por suas famílias proprietárias. A hierarquia, neste sentido, torna-se normalizada, pois está associada a processos de uma família aparentemente natural de ambientes domésticos, vizinhanças, escolas, igrejas, espaços de recreação e o *shopping* local.

Usando uma série de práticas inter-relacionadas, parecidas com as dos racismos externos e internos, a retórica e as práticas associadas ao ideal da família americana naturalizam e normalizam a hierarquia racial. A ideologia da família é especialmente importante na construção de idéias sobre raça. Por exemplo, um componente importante do processo de naturalização diz respeito à maneira como as suposições de “laços de sangue” estruturam as ligações observadas entre sangue, família, parentesco e raça. Nos Estados Unidos, os conceitos de família e parentesco se fortaleceram com a idéia de fluxo de sangue como uma substância que regula a disseminação dos direitos (WILLIAMS, 1995). As famílias são mecanismos que perpetuam os laços de sangue através da preservação das linhagens consanguíneas pela reprodução. Enquanto o sistema legal está profundamente comprometido em legitimar casamentos para os padrões heterossexuais, a importância dada aos laços aparentemente naturais entre mães e filhos, irmãos e irmãs e avós e netos enfatizam a importância do sangue na formação das definições biológicas, portanto naturalizadas, de família, bem como de raça. Para avaliar a extensão dos laços de sangue como a base da família basta analisar a profunda resistência a casamentos gays e lésbicos. Como essas uniões são vistas como não-procriadoras, rompem a aparente naturalidade da linhagem consanguínea idealizada pela sexualidade e pelo casamento heterossexual. Representando as relações genéticas entre os indivíduos, a crença em laços de sangue naturaliza os laços entre membros de redes de parentesco. Dada a importância relacionada à biologia, as mulheres de diferentes grupos raciais/étnicos têm diferentes responsabilidades na sustentação desses laços sangüíneos aparentemente naturais (COLLINS, 1999). Por exemplo, mulheres brancas de diferentes classes sociais representam papéis especiais na preservação da pureza da família e da consanguinidade. Antes das modernas tecnologias reprodutivas, a conservação de uma família proprietária demandava controle da sexualidade das mulheres brancas, em sua maior parte por intermédio de normas sociais favoráveis à virgindade antes do casamento. Casando-se com homens brancos e comprometendo-se com uma relação heterossexual apenas com seus maridos, as mulheres proprietárias brancas asseguraram a pureza racial das famílias brancas. Dessa forma, por meio de tabus sociais que preveniam a sexualidade pré-marital e o casamento inter-racial para todas as mulheres brancas, as famílias brancas puras poderiam, então, evitar a degeneração racial do hibridismo (YOUNG, 1995). Quando a sexualidade era inserida novamente nas hierarquias de gênero, classe e raça, e ins-



GÊNERO

Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana

titucionalmente forçada por mecanismos tais como espaço racialmente segregado e violência sancionada pelo estado, esforços para regular a sexualidade e o casamento fortaleciam as crenças na santidade dos “laços consangüíneos”.

Historicamente, por confiarem numa biologia racista, as definições de raça na sociedade estadunidense normalizaram a importância dos laços de sangue por meio de leis, costumes e de uma infra-estrutura de instituições sociais racializadas. Tanto as famílias biológicas quanto as raciais estão baseadas em noções semelhantes (GOLDBERG, 1993). As definições de raça como família nos Estados Unidos estavam tradicionalmente fundamentadas em classificações biológicas legitimadas pela ciência e legalmente sancionadas pela lei. Agrupando as pessoas com o uso de conceitos de semelhança física, tais como cor da pele, características faciais ou textura do cabelo, e apoiados pelas leis e costumes, os brancos utilizaram o racismo científico para definirem a si mesmos e aos nativos e negros como grupos sociais distintos (GOULD, 1981). Apenas como membros de famílias “de verdade”, relacionadas por laços de sangue, esperava-se a semelhança, de forma que os membros de grupos raciais descendentes de uma linhagem comum poderiam compartilhar atributos físicos, intelectuais e morais. Portanto, aqueles que não compartilham semelhanças biológicas são definidos como intrusos, enquanto os grupos racialmente diferentes tornam-se estranhos uns aos outros.

Além da retórica produzida pelo ideal da família americana, as práticas que dizem respeito a essas famílias também ajudam a naturalizar e normalizar a hierarquia racial. Os múltiplos significados ligados ao conceito de *lar* – lar como um ambiente familiar e lar como arredores – também contam sobre a importância da família na regulação das relações de propriedade que são tão fundamentais para a hierarquia racial. De acordo com a lógica do ideal da família americana, o lar ideal é um espaço de apenas uma família em uma boa vizinhança, no qual os valores de propriedade crescerão ao longo do tempo. O lar é o investimento familiar. No entanto, combinado a idéias sobre a família, que concebe as famílias brancas, nativas e negras como os tijolos que constroem as diferentes raças, o que parece ser um conceito relativamente interessante sobre a família emerge como um mecanismo fundamental para a reprodução da raça e das hierarquias de classe.

A história do lar segregado por raça e classe que, por sua vez, constitui a identidade principal do bairro igualmente segregado é um pilar importante da hierarquia racial nos Estados Unidos. Assim como o valor atribuído às famílias reflete o lugar destas nas hierarquias de classe social e racial, os valores de propriedade que caracterizam os bairros nos quais estas famílias vivem demonstram desigualdades comparáveis. A prática de encorajar as famílias a comprarem casas unifamiliares, em vez de outras opções de moradia, ajuda a mascarar de que modo o valor de propriedade de habitações ocupadas por diferentes grupos étnicos/raciais é fundamental para a hierarquia racial. Por exemplo, a moradia residencial e os bairros segregados racialmente nos Estados Unidos, o “*apartheid* americano” (MASSEY; DENTON, 1993) asseguram, na prática, que famílias como a de Mildred nunca se mudarão para uma

40 Niterói, v. 8, n. 1, p. 27-52, 2. sem. 2007





Patricia Hill Collins

vizinhança de famílias como a da Sra, C. As premissas sobre o espaço segregado por raça, etnia e classe permitem que as famílias estadunidenses e os bairros em que residem sejam mantidos separados.

Assim como se reprova a formação de uma família de indivíduos com origens raciais, étnicas, religiosas ou de classe diferentes, também se desencoraja a mistura de raças diferentes na mesma vizinhança. Sabe-se que as vizinhanças se dão melhor quando prevalece a homogeneidade de raça e/ou classe. Bairros segregados por classe e por raça indicam que tanto as famílias quanto os grupos raciais exigem lugares especiais nos quais possam se sentir “em casa”. A atribuição de espaços separados para brancos, para afro-americanos, para latinos e os novos grupos étnicos/raciais de imigrantes mostram os esforços para a conservação de uma pureza geográfica e racial. Como grupo dominante, os brancos americanos continuam a apoiar as medidas legais e ilegais que segregam os afro-americanos, os americanos nativos, os mexicanos americanos, os porto-riquenhos e outros grupos semelhantes, perpetuando, assim, as normas culturais sobre pureza racial/étnica nas escolas, nos bairros e no comércio. Quanto a isso, o contínuo êxodo dos brancos para fora do centro das cidades tem sido apoiado por uma grande variedade de políticas públicas, tais como: isenção de impostos para a aquisição de casa própria, rodovias subsidiadas e infra-estrutura para um rápido crescimento das áreas suburbanas, zoneamento de comunidades suburbanas, que restringe a moradia de pessoas de baixa renda, a negação de empréstimos e seguro para grupos étnicos/raciais que querem se mudar para áreas de brancos, e incorporação suburbana de resistência dentro das escolas dos distritos metropolitanos, que colocariam crianças brancas de classe média junto com estudantes raciais/étnicos da classe operária. Tais políticas públicas são complementadas pelo que parecem ser escolhas mais individualizadas, mais privadas, que efetivamente mantêm os espaços domésticos racialmente segregados para homens, mulheres e crianças brancas. Por exemplo, a crescente onda de privatização das escolas públicas, do sistema de saúde, dos espaços de lazer, e das forças de segurança nos Estados Unidos mostram a capacidade dos brancos que têm dinheiro de comprar experiências racialmente homogêneas para si e seus descendentes. O que é digno de nota sobre tais práticas é que elas são normalmente defendidas como não-raciais porque, supostamente, ocorrem em defesa da família.

A natureza gendrada do ideal de família americana significa que a produção de hierarquia racial por meio de um espaço segregado geográfico e social também é profundamente gendrado. Como os espaços domésticos racializados de todo tipo são codificados como espaços privados, os lares servem como santuários para os membros da família. Rodeados de indivíduos que, aparentemente, compartilham objetivos semelhantes, esses lares representam espaços idealizados e privatizados, nos quais seus membros possam sentir-se à vontade. As mulheres tornam-se importantes na manutenção do sentido de lar como um santuário e lugar de renovação. No lar familiar estão as mulheres responsáveis por reproduzir a família, bem como as crianças que representam seu futuro. Ambos precisam de proteção contra os estranhos. Dos dois lados do poder racial, as mulheres brancas, as nativas e as negras ocupam,



GÊNERO

Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana

assim, uma posição irônica. Podem estar subordinadas dentro da família, mas estão protegidas das ameaças que estão fora do ambiente doméstico. Além do mais, num sistema em que a retórica e as práticas da família tornam-se os tijolos da construção da hierarquia racial – quer as mulheres, que se tornaram símbolo das famílias, quer as “famílias” raciais, que são construídas como entidades privadas, femininas, precisando de proteção contra os intrusos –, defender a família torna-se importante.

Assim, construir a hierarquia racial é um processo gendrado que funciona com e por meio da classe social, da idade e do heterossexismo como hierarquias comparáveis. O gênero mostra-se como categoria maleável que freqüentemente não combina com o sexo biológico atribuído aos indivíduos. A infra-estrutura gendrada do ideal da família tradicional funciona com múltiplas hierarquias. Mas como tais idéias em relação à família poderiam operar com a identidade nacional racializada norte-americana?

Construção e reconstrução da identidade nacional norte-americana

Se o Estado-nação estadunidense é definido como uma grande família nacional americana compreendida por intermédio da retórica do ideal da família americana, então este ideal pode fornecer um modelo para ingresso no grupo e contribuições para o bem estar nacional. Dessa forma, os nativos americanos, os afro-americanos, os porto-riquenhos e os chicanos tornam-se os “outros domésticos” – são incluídos no corpo político *como* alguém da família americana. Em contrapartida, os imigrantes étnicos/raciais do México, da América Central, da América Latina, do Caribe e da África se tornam os “negros estrangeiros” e os “imigrantes latinos”, alvo das políticas de exclusão. Uma inversão curiosa acontece. Os negros nascidos no país e os nativos americanos tornam-se quase mulheres. Assim como as mulheres têm de existir para a família idealizada, mas estão subordinadas dentro dela, os grupos étnicos/raciais nativos são construídos como membros dessa sociedade. Claramente pertencem ao corpo político dos Estados Unidos, mas permanecem subordinados dentro dele. Como uma ameaça interna ao bem-estar do Estado-nação, tais grupos encontram uma política de exploração e de contenção. Por outro lado, descendentes de africanos e/ou descendentes de espanhóis e/ou de origem indígena que nascem fora dos Estados Unidos são construídos como estrangeiros. A natureza de sua ameaça está em seu desejo de entrar, e assim poluir o espaço doméstico privilegiado reservado para a família nacional estadunidense.

A resposta da antropóloga Margaret Mead para a análise de James Baldwin sobre o processo de americanização enfatiza a dimensão gendrada de como ser *como alguém* da família estimula um tratamento diferenciado. Traçando um paralelo entre raça e gênero, ela diz: “voltando a tratar os seus pior do que os outros: muitos homens não suportarão de suas esposas o que suportarão de outras mulheres porque suas mulheres são suas, e elas ficarão em casa e farão o que seus maridos quiserem” (BALDWIN; MEAD, 1971, p.70).

42 Niterói, v. 8, n. 1, p. 27-52, 2. sem. 2007





Patricia Hill Collins

Dentro do modelo de propriedade familiar de Mead, os negros domésticos e os povos nativos tornam-se iguais a suas esposas e/ou filhos no seio das famílias. Portanto, a “esposa ingênua” e as “mulheres inocentes e crianças” viram modelos para a construção de significados raciais e gendrados. As ideologias raciais que retratam os grupos étnicos/raciais como crianças intelectualmente subdesenvolvidas e incivilizadas demandam idéias paralelas que constroem os brancos como adultos intelectualmente maduros e civilizados. Aplicada à raça, a retórica de família que supunha os adultos mais desenvolvidos do que as crianças – e, portanto, com mais poder –, usa as idéias naturalizadas sobre idade e autoridade para legitimar a hierarquia racial e distribuir os direitos e responsabilidades nacionais. Ironicamente, uma vez que os nativos americanos, afro-americanos, porto-riquenhos e chicanos são membros “naturais”, embora subordinados, da família nacional, a ameaça potencial representada pelos assim chamados “domésticos” ou minorias internas pode ser vista como mais perigosa do que a representada pelos grupos étnicos/raciais de imigrantes “estrangeiros”.

Tomando-se por base o conceito de identidade nacional dos Estados Unidos nesta retórica da família gendrada, o país é entendido como uma grande família nacional. Além do mais, esta família nacional imaginada encontra hierarquia dentro da unidade (McCLINTOCK, 1995) pela evocação de princípios de nacionalismo cívico que exige uma harmonia de interesses acima dos interesses especiais de grupos de classe, etnia, raça ou gênero. Ao mesmo tempo, as idéias de nacionalismo étnico compartimentalizam a população dos Estados Unidos em “famílias” étnicas/raciais que estão hierarquicamente arranjadas dentro do Estado-nação. Nesse contexto de hierarquia naturalizada no interior da unidade nacional, uns membros de algumas dessas famílias recebem todos os benefícios por pertencerem ao Estado-nação americano, enquanto outros enfrentam tratamento inferior associado à cidadania de segunda classe. É interessante observar como as construções contemporâneas de branquitude permitem variações que incluem a etnicidade. Fugindo do vazio de um processo de assimilação, muitos brancos, hoje em dia, reivindicam múltiplas etnicidades. Mary Waters (1996) refere-se a este processo como “eticidade opcional” e demonstra que ela é uma “opção” apenas para brancos americanos. No entanto, esta etnicidade opcional mascara o poder da branquitude para definir a cidadania. Apenas os brancos podem descartar suas identidades raciais de forma a representarem o cidadão nacional generalizado. Apenas os brancos podem ser completamente americanos de sangue.

Representando a síntese da pureza racial, que também está associada aos interesses dos Estados Unidos, os brancos constituem os cidadãos mais importantes. Por outro lado os grupos étnicos/raciais permanecem com o estigma de representar o particularismo, o retrocesso, a falta de maturidade e os interesses especiais. Neste Estado-nação racializado, os grupos étnicos/raciais negociam um cenário fluido de significados étnicos que estão muito misturados com os conceitos americanos de raça. Importam tanto os que nasceram ali quanto os que não, todos recebendo significado uns dos outros. Povos autóctones, afro-americanos, chicanos, havaianos





GÊNERO

Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana

nativos, porto-riquenhos e outras minorias “domésticas” tornam-se cidadãos de segunda classe. Por outro lado, os imigrantes do Caribe, da Ásia, da América Latina e da África, que não podem passar por brancos, encontram mais dificuldade para ganhar cidadania do que os imigrantes das nações européias. Como os grupos étnicos/raciais de imigrantes não podem se tornar biologicamente brancos e, portanto, lhes faltam os laços sangüíneos adequados, tais grupos se deparam com as contradições levantadas por um triângulo racial profundamente enraizado, que parece negar os princípios do nacionalismo cívico. Além disso, uma vez domesticados e incluídos na família americana pela obtenção da cidadania, enfrentam os desafios de serem tratados como cidadãos de segunda classe. Diferente das ondas anteriores de imigrantes europeus que poderiam, de fato, se tornar brancos, grupos étnicos/raciais de imigrantes podem, na melhor das hipóteses, tornar-se “brancos honorários”.

Quando postas no contexto de um nacionalismo étnico racializado, as idéias sobre hierarquias naturalizadas, produzidas por intermédio da retórica e das práticas reais da família, dão forma aos significados de cidadania estadunidense. Os conceitos de senso comum da família indicam que os indivíduos sentem que “devem” algo às suas famílias e que são responsáveis por seus membros. Por exemplo, os indivíduos normalmente ajudam os membros da família cuidando das crianças, emprestando dinheiro, conseguindo emprego e casa, ou cuidando dos enfermos. Os membros da família, ligados pelo sangue, adquirem estes benefícios apenas por intermédio desses laços. Mesmo quando não têm mérito, têm o direito aos benefícios. Além dessa questão de acesso aos direitos, os indivíduos incorrem em diferentes responsabilidades, que dependem de sua posição na hierarquia familiar. Por exemplo, espera-se que as mulheres desempenhem uma grande parte do trabalho reprodutivo, enquanto os homens devem dar o apoio financeiro.

Da mesma forma, sob os princípios do nacionalismo cívico, por serem cidadãos dos Estados Unidos por nascimento ou por naturalização, os indivíduos adquirem certos direitos e responsabilidades. Promete-se a todos os cidadãos estadunidenses direitos como: igual proteção sob a lei, acesso a seguro desemprego, pensão por idade, educação pública gratuita e outros benefícios sociais. Espera-se também que os cidadãos cumpram determinadas obrigações uns com os outros, tais como pagar impostos, obedecer às leis e alistar-se no serviço militar, quando requisitado. Em contraposição aos direitos e responsabilidades dados aos de dentro, os de fora não têm nem os direitos dados aos membros do grupo, nem a obrigação ligada ao pertencimento. Como membros de fora da família, cidadãos de fora dos Estados Unidos não têm direito aos benefícios da cidadania, nem são responsáveis pelos deveres nacionais.

Nos Estados Unidos, lugar em que a raça é construída por laços sangüíneos hipotéticos, a distribuição diferencial dos direitos e responsabilidades de cidadania cria categorias de cidadania de primeira e de segunda classe, que permanecem impropriamente influenciadas pelo triângulo racial fundacional. O *status* de cidadania é conferido no nascimento, independentemente de mérito individual. Para observar

44 Niterói, v. 8, n. 1, p. 27-52, 2. sem. 2007





Patricia Hill Collins

essa discrepância, basta comparar a distribuição diferencial de direitos de cidadania para crianças americanas baseada na raça, na etnicidade e na classe das famílias nas quais as crianças nascem. A qualidade muito desigual da educação pública proporciona um sério estudo de caso sobre a importância das origens familiares, por exemplo, quando se compara a qualidade da educação pública dada às crianças afro-americanas, chicanas, porto-riquenhas e de classe operária das regiões centrais das cidades, com a educação dada às crianças da classe média e de maioria branca dos subúrbios. Apesar da decisão de 1954 de *Brown vs Board of Education* (Pardos vs Secretaria da Educação), versando sobre a criminalização e a segregação racial em escolas públicas, um grande número de crianças da classe operária, e afro-americanas em particular, permanecem presas em escolas pobres, em processo de deterioração e racialmente segregadas. Independentemente do mérito *individual*, esta *classe* de crianças é considerada com demérito, sem valer o financiamento público, e é tratada com direitos de cidadania de segunda classe. Comparando-se o que lhes cabe à quantidade geralmente abundante de escolas e serviços prestados às crianças suburbanas, brancas em sua maioria, especialmente em bairros ricos, é que se revela a importância da cidadania de primeira classe. Embora muitas crianças suburbanas *individuais* não tenham méritos, o valor das propriedades de seus pais, a localização de seus lares em bairros homogêneos mais valorizados, a predominância de seus pais nas profissões ou em cargos administrativos, e a riqueza familiar acumulada que pode ser passada automaticamente às novas gerações dão direito a essa *classe* de crianças ao tratamento de primeira classe.

Ao acreditar que foram atribuídos às crianças e suas famílias os lugares aos quais elas pertenciam de verdade, o imaginário de lugar, espaço e território relacionam as noções gendradas de família com construtos de raça e nação (JACKSON; PENROSE, 1993). De acordo com tal lógica, segundo a qual tudo tem seu lugar, a manutenção de fronteiras de todo o tipo torna-se vitalmente importante. A preservação da lógica de espaços domésticos segregados demanda regras severas que separem os de dentro dos de fora. Como no caso da relação das famílias americanas racialmente homogêneas e os valores de propriedade dos bairros racialmente segregados, a identidade nacional estadunidense também se baseia na proteção das fronteiras dos Estados Unidos como uma estratégia de assegurar direitos de cidadania aos seus. A segurança da "terra natal" ou de um território nacional de um povo tem sido sempre importante para as aspirações nacionalistas (ANTHIAS; YUVAL-DAVIS, 1992; CALHOUN, 1993). Assim como se acredita que os lares e bairros precisem de proteção contra os de fora, a conservação da integridade das fronteiras nacionais continua sendo um dos pilares da política exterior estadunidense. Como os Estados Unidos operam um poder de domínio mundial desde a Segunda Guerra, a defesa de seu próprio território contra uma invasão militar tem sido menos enfatizada do que a proteção dos assim chamados "interesses americanos no exterior". Cidadãos e negócios americanos em solo estrangeiro representam extensões do território estadunidense, membros de uma família nacional, que deve ser defendida a qualquer custo.

Niterói, v. 8, n. 1, p. 27-52, 2. sem. 2007 45





GÊNERO

Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana

Como em todas as situações de hierarquia, o uso de força, de sanções e de violência reais ou explícitas pode ser necessário para manter a desigualdade de relações de poder. No entanto, ao proteger uma identidade nacional estadunidense racializada, a violência pode ser tão arraigada que se torna invisível na prática. Por exemplo, os esforços feministas para que a violência doméstica contra as mulheres seja legalmente considerada uma forma de violência, e não apenas um assunto particular de família, sofreram forte resistência. Da mesma maneira, a extensão da violência contra os nativos americanos, porto-riquenhos, chicanos, afro-americanos, havaianos nativos e outros grupos que foram incorporados aos Estados Unidos por intermédio de conquista e de escravidão permanece, em geral, ignorada e/ou distorcida. Até mesmo a violência atual contra esses grupos continua pouco divulgada, a menos que seja capturada de forma dramática, como na filmagem do espancamento do motorista Rodney King pelos policiais de Los Angeles. Apesar da gravidade e do recente aumento de ocorrências, os crimes de ódio contra as minorias étnicas/raciais, contra mulheres, crianças, gays, lésbicas e bissexuais permanecem invisíveis em sua maioria. Diante desses silêncios, essas formas de violência não são apenas negligenciadas, tornam-se legitimadas. A retórica familiar também pode operar para minimizar o conceito de violência em grupos que se autodefinem em termos de família. Da mesma forma que uma esposa espancada e o abuso físico e sexual infantil tornam-se parte do “segredo” de famílias, também o é a natureza da rotina da violência contra as mulheres, os gays, as lésbicas e as crianças dentro dos diferentes grupos raciais e étnicos no seio da família nacional americana.

Desde 1965, os Estados Unidos vêm sofrendo novas contradições de mudança e continuidade. A frase “o escurecimento da América” aparentemente descreve o caráter de mudança multirracial e multiétnica da população no país. Quando associadas às mudanças de conceito sobre a família, estas tendências produzem coletivamente novas oportunidades para reconfigurar o significado tanto do triângulo racial fundacional quanto do ideal da família americana na formação de sua identidade nacional. Ainda não se sabe se os significados raciais antigos serão reorganizados sob a rubrica de uma nova terminologia racial, ou se os Estados Unidos conseguirão formar uma democracia multirracial, multiétnica, que realmente reflita os princípios do nacionalismo cívico. No entanto, as recentes mudanças demográficas abrem vários caminhos de pesquisa.

Um deles diz respeito ao impacto do crescente número de novos grupos imigrantes étnicos/raciais da Ásia, América Latina e África, que fizeram crescer o número de chicanos, porto-riquenhos, chineses americanos e japoneses americanos, além de outros grupos étnicos/raciais historicamente subordinados. Novas populações imigrantes vêm os Estados Unidos como uma terra em que as oportunidades econômicas sobrepõem as dificuldades associadas ao fato de serem não-brancos. Como a maioria sai de seus lugares de origem por perseguição econômica e/ou política, a América ainda representa uma terra de oportunidades. Novas relações entre cor e poder são renegociadas devido às massivas mudanças demográficas. Dentro desse aspecto de “escurecimento da

46 Niterói, v. 8, n. 1, p. 27-52, 2. sem. 2007





GÊNERO

Patricia Hill Collins

América”, as populações latinas, em especial, representam um papel crucial no reforço e no desafio a significados raciais tão duradouros. As populações latinas têm uma longa história nos Estados Unidos. O que é novo é o tamanho dessas populações e a diversidade de grupos que agora estão sob a terminologia latina. Por outro lado, as populações latinas podem preferir repetir os triângulos raciais dentro da categoria de latino, beneficiando aqueles que são biologicamente brancos e discriminando aqueles que são nativos ou não-brancos. Por outro lado, como as populações latinas abrangem múltiplas categorias raciais, podem dissolver a dinâmica do poder do triângulo racial abraçando o caráter multirracial de sua própria população. Além disso, como não há fronteiras fixas entre latinos e outros grupos – há “latinos brancos”, “latinos negros” e milhares de variações de todo tipo de combinações – a população latina tem a capacidade de constituir um novo centro de identidade nacional que está fortemente atado a outras populações.

O relaxamento das regras contra o casamento interracial, bem como a crescente aceitação das famílias brancas por meio de adoções transraciais promoveram outro conjunto de questões em relação ao futuro do triângulo racial fundacional. Novas leis criaram nova visibilidade para as crianças advindas de mistura de raças. Historicamente, como a maioria destas crianças não-brancas nasceu fora do casamento, de mulheres étnicas/raciais, a maioria das crianças de raças misturadas foram absorvidas por comunidades étnicas/raciais já existentes. Atualmente, no entanto, tais crianças estão, cada vez mais, nascendo de mães brancas. As leis de apoio ao matrimônio e às crianças permitem que estas reclamem os direitos que lhes são devidos como filhos de pais e mães brancos. Essas crianças birraciais não se “encaixam”, – nem devem se encaixar –, de forma organizada em nenhuma categoria étnica/racial. Da mesma forma, as crianças étnicas/raciais adotadas e criadas por famílias brancas tampouco se encaixam em qualquer categoria racial. Muitos são “brancos honorários” e como tal estão singularmente posicionados para desafiar uma identidade nacional como nunca feito antes. Coletivamente, ambos os grupos desafiam os duradouros conceitos de pureza familiar e linha consanguínea fomentados pelo ideal de família americana.

O caleidoscópio colorido que, cada vez mais, caracteriza a população dos Estados Unidos, não significa o desaparecimento do triângulo racial fundacional. Em vez disso, novos grupos étnicos/raciais de imigrantes, cidadãos estadunidenses de raça misturada, e crianças étnicas/raciais criadas em lares de brancos, confrontam-se com uma questão semelhante à de sua contrapartida européia e afro-caribenha no início do século XX. Neste sentido, a demografia mutante da sociedade norte-americana dá ainda outra oportunidade de confrontação com o paradoxo básico da identidade nacional americana. Coletivamente, tais grupos demonstram que as fronteiras que demarcam os brancos, os nativos e os negros estão longe de serem fixas e invioláveis. Em vez disso, a situação parece um mosaico mutante de renegociação contínua de posição de grupo dentro de um triângulo relativamente fixo. Esses grupos renegociam suas identidades contra e dentro dos ainda fixos pontos de referência de brancos,

Niterói, v. 8, n. 1, p. 27-52, 2. sem. 2007 47





Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana nativos e negros. Ainda resta saber se suas demandas quanto à identidade americana tomarão a forma de dissolução do triângulo racial.

Considerações Finais

O paradoxo da identidade nacional estadunidense gira em torno de múltiplas contradições, a saber, aquelas dos direitos de cidadania prometidos aos cidadãos dos Estados Unidos, junto à discriminação de grupos diferenciais; dos racismos externos e internos que operam com e por intermédio um do outro, excluindo e contendo categorias selecionadas de cidadãos; de nacionalismos cívicos e étnicos que causam uma identidade nacional estadunidense com duas faces; da curiosa combinação de mudança e continuidade que permitiu que essa sociedade reiteradamente se transformasse, enquanto mantinha uma hierarquia racial profundamente enraizada; e de um ideal de família americana fortemente gendrada que, ao mesmo tempo em que constrói, mascara as contradições.

Dirigir-se a essas contradições exige ouvir as diferentes interpretações do que significa ser tratado “como” alguém da família, ou ser excluído de uma vez da família nacional estadunidense. Em relação a isso, as reações de Mildred às duas mulheres que sorriram para ela “como duas gatas melosas e falsas” diferiam muito das de sua patroa. Depois de escutar a Sra. C. dizer que Mildred era como se fosse da família, Mildred comenta: “Depois eu não pude agüentar mais. Eu entrei e tirei a bandeja da mesa e dei um olhar congelante... Bem, dava para ouvir uma pena cair, e então elas começaram a falar sobre outra coisa. Quando a visita parte, eu entro na sala e digo: “Sra. C... Eu quero ter uma conversa com a senhora” (CHILDRESS, 1986, p. 2).

O que se segue ao pedido de Mildred para “ter uma conversa” com a Sra. C. dá uma pista importante para se explorar as contradições que caracterizam a identidade nacional estadunidense.

Em primeiro lugar, Mildred rejeita sua subordinação dentro da família. Ela não é seduzida pela promessa de um melhor tratamento porque, ao contrário das outras afro-americanas, que não podem entrar na casa da Sra. C., ela é “como se fosse da família”.

Sra. C... A senhora é uma pessoa muito boa para se trabalhar, mas eu gostaria que a senhora, por favor, parasse de falar sobre mim como se eu fosse um *cocker spaniel* ou uma gatinha. Agora, por favor, sente-se ali e me escute.

Em primeiro lugar, a senhora não me *ama*; a senhora pode gostar de mim, mas só isso... em segundo lugar, eu *não* sou como da família de jeito nenhum! A família come na sala de jantar e eu como na cozinha. A senhora empresta sua toalha rendada de mesa para sua mãe, e seu filho recebe seus amigos na sala de estar, sua filha dá sua cochilada à tarde no sofá da sala e o cachorrinho dorme na sua colcha de cetim... Então a senhora pode ver que não sou como se fosse da família.

48 Niterói, v. 8, n. 1, p. 27-52, 2. sem. 2007





Patrícia Hill Collins

Nesse trecho, Mildred descreve com clareza as diferenças entre a cidadania de primeira e a de segunda classe na família C., e mostra os benefícios da afiliação completa que lhe são negados. Em vez disso, de seu lugar específico como mulher afro-americana, Mildred identifica duas dimensões de cidadania afro-americana aplicada aos grupos étnicos/raciais em expansão na sociedade estadunidense. De acordo com esta lógica do ideal da família americana, as mulheres afro-americanas têm sido subordinadas, como animais domésticos, para servir aos caprichos dos brancos mais poderosos, ou como mulas, bestas de carga, para desempenhar o trabalho que possibilita a norma familiar vigente. Estas continuam sendo as duas categorias disponíveis para os grupos étnicos/raciais que não enfrentam o triângulo racial, mas que têm como objetivo apenas coexistir dentro dele.

Mildred, então, continua detalhando quantas idéias atribuídas a ela em relação à sua aceitação de seu *status* de subordinação são idéias impostas por grupos poderosos, que precisam de ideologias tais como essas que cercam o ideal de família americana para disfarçar as hierarquias de poder existentes. Tome, por exemplo, sua rejeição explícita ao papel da ama negra, que retrata as mulheres afro-americanas como se tivessem um amor e afeição ilimitados por seus filhos brancos (COLLINS, 2000a). Compartilhando seus reais sentimentos sobre Carolzinha, Mildred recusa abertamente esta relação familiar especial entre mulheres brancas e afro-americanas:

Agora, e outra coisa, eu não *adoro* a Carolzinha, acho que ela é uma criança amável, mas também é impertinente e atrevida. Sei que a senhora diz que ela é “desinibida”, e que é como a senhora quer que sua filha seja, mas *felizmente* minha mãe me ensinou um pouco de inibição, senão eu estaria dando umas palmadas na Carolzinha quando ela fala com a senhora como se a senhora fosse um cachorro, mas assim como é eu só me rio do que a senhora faz porque ela é *sua* filha e eu *não* sou como se fosse da família.

Falando de um lugar social especial, que revela um ângulo distinto de visão de raça, gênero e classe, Mildred rejeita as ideologias feministas dominantes de que as mulheres compartilham uma consciência feminista comum, derivada de suas relações com a maternidade (COLLINS, 2000a, p.173-99). Mildred, evidentemente, não está impressionada com as crenças da Sra. C. quanto à criação dos filhos, ao contrário, Mildred traça uma linha divisória separando meninas brancas da classe média como Carolzinha, que têm tratamento de primeira classe, e seus próprios filhos da classe operária afro-americana, que são deixados em casa, relegados a um tratamento de segunda classe. Esta linha, que demarca uma história das relações de raça, classe e gênero nos Estados Unidos, torna-se especialmente visível na passagem acima – a Sra. C. está de um lado e Mildred está do outro.

Mildred também desafia a forma como o uso da linguagem familiar pela Sra. C. ofusca as desigualdades de classe. Nesse caso, a Sra. C. quer acreditar que Mildred está tão feliz por servir à família C., que Mildred ficaria feliz por descobrir que a Sra. C. sentiria falta dela. Novamente Mildred rejeita a idéia de que os explorados estão felizes com seu lugar.



GÊNERO

Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana

Agora, quando você diz: “Não sabemos o que faríamos sem ela”, esta é uma mentira educada... porque eu sei que se eu caísse morta ou se tivesse um derrame, a senhora arranjará alguém para me substituir.

A senhora acha que me agrada quando diz “Não a vemos como empregada...”, mas depois de ter me matado de suar lavando o banheiro e a cozinha... arrumando as camas... fazendo o almoço... lavando os pratos... não me sinto como uma hóspede de final de semana. Sinto-me como uma empregada e, por isso, venho querendo pedir um pequeno aumento de salário, que vai fazer com que eu me sinta muito melhor em relação a qualquer um aqui e vai me fazer saber que gostam do meu trabalho (CHILDRESS, 1996, p. 2-3).

Durante sua conversa, Mildred desafiou não somente as *idéias* sobre raça e gênero que a construíram como menos importante, mas as *práticas reais* que alimentam sua subordinação econômica. Mildred não apenas recusou a idéia de que seria como da família, como pediu um aumento de salário enquanto dizia isso! Não importa o quanto a Sra. C. se solidarizasse com a situação de Mildred, um salário melhor significaria muito mais para Mildred do que essa conversa bem-intencionada, mas impotente, sobre raça.

Fazer referência ao paradoxo da identidade nacional estadunidense exige que se encontre uma forma de reconfiguração das duradouras relações entre raça, etnicidade e identidade nacional e, com isso, a correção da linguagem familiar. Nesta empreitada, as palavras e ações de mulheres como Mildred importam muito, porque revelam questões e perspectivas que freqüentemente não são ouvidas. Como Mildred nos recorda, quando chegam as promessas de cidadania, ser *como* alguém da família, simplesmente, não é o suficiente.

Tradução: Maria Isabel de Castro Lima.

Recebido e aprovado para publicação em agosto de 2007.

Abstract: The tensions between individual rights promised to US citizens and group discrimination targeted against African American and similar racial/ethnic groups constitute one enduring paradox of US society. This essay examines this paradox by exploring how a gendered family rhetoric contributes to understandings of race and US national identity. Using African American women's experience as a touchstone for analysis, the article suggests that African American women's treatment as second-class citizens reflects a belief that they are "like one of the family", that is, legally part of the US nation-state, but simultaneously subordinated within





Patricia Hill Collins

it. To investigate these relationships, the article examines 1) how intersecting social hierarchies of race and ethnicity foster racialized understandings of US national identity; 2) how the gendered rhetoric of the American family ideal naturalizes and normalizes social hierarchies; and 3) how gendered family rhetoric fosters racialized constructions of US national identity as a large national family.

Keywords: *Racial theory; gender theory; US national identity; African American women; family ideology; race, ethnicity and gender.*

Referências

- ANDERSEN, Margaret L. Feminism and the american family ideal. *Journal of Comparative Family Studies*, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 235-46, 1991.
- ANTHIAS, Floya; YUVAL-DAVIS, Nira. *Racialized boundaries: race, nation, gender, colour and class in the anti-racist struggle*. New York: Routledge, 1992.
- BALDWIN, James; MEAD, Margaret. *A rap on race*. New York: Laurel, 1971.
- BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, nation, class: ambiguous identities*. New York: Verso, 1991.
- CALHOUN, Craig. Nationalism and ethnicity. *Annual Review of Sociology*, [S.l.], v.19, p. 211-39, 1993.
- CHILDRESS, Alice. *Like one of the family: conversations from a domestic's life*. Boston: Beacon Press, 1986.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. 2nd. New York: Routledge, 2000a.
- _____. *Fighting words: african-american women, critical social theory, and the search for justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998a.
- _____. *It's all in the family: intersections of gender, race, and nation*. *Hypatia*, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 62-82, 1998b.
- _____. *Producing the mothers of the nation: race, class and contemporary US population policies*. In: YUVAL-DAVIS, Nira (Ed.). *Women, citizenship and difference*. London: Zed, 1999.
- _____. *Toward a gendered analysis of black political economy: insights from black feminist standpoint epistemology*. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, [S.l.], 2000b.
- GOLDBERG, David Theo. *Racist culture: philosophy and the politics of meaning*. Cambridge: Blackwell, 1993.
- GOULD, Stephen Jay. *The mismeasure of Man*. New York: W. W. Norton, 1981.





GÊNERO

Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana

HARRIS, Trudier. Introduction. In: CHILDRESS, Alice. *Like one of the family: conversations from a domestic's life*. Boston: Beacon Press, 1986. p. xi–xxxviii.

IGNATIEV, Noel. *How the Irish became white*. New York: Routledge, 1995.

JACKSON, Peter; PENROSE, Jan. Introduction: placing “race” and nation. In: _____. (Ed.). *Constructions of race, place and nation*. Minneapolis: University of Minnesota, 1993. p. 1–23

MASSEY, Douglas S.; DENTON, Nancy A. *American apartheid: segregation and the making of the underclass*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

McCLINTOCK, Anne. *Imperial leather*. New York: Routledge, 1995.

OLIVER, Melvin L.; SHAPIRO, Thomas M. *Black wealth/white wealth: a new perspective on racial inequality*. New York: Routledge, 1995.

OMI, Michael; WINANT, Howard. *Racial formation in the United States: from the 1960s to the 1990s*. 2nd. New York: Routledge, 1994.

SACKS, Karen Brodtkin. How did Jews become white folks? In: GREGORY, Steven; SANJEK, Roger (Ed.). *Race*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1994. p.78–102.

THORNE, Barrie. Feminism and the family: two decades of thought. In: ____; YALOM, Marilyn (Ed.). *Rethinking the family: some feminist questions*. Boston: Northeastern University Press, 1992. p. 3-30.

WATERS, Mary. Optional ethnicities: for whites only? In: PEDRAZA, Silvia; RUMBAUT, Ruben G. (Ed.). *Origins and destinies: immigration, race and ethnicity in America*. Belmont: Wadsworth, 1996.

WILLIAMS, Brackett F. Classification systems revisited: kinship, caste, race, and nationality as the vow of blood and the spread of rights. In: YANAGISAKO, Sylvia; DELANEY, Carol (Ed.). *Naturalizing power: essays in feminist cultural analysis*. New York: Routledge, 1995. p. 201–236.

YOUNG, Robert J. C. *Colonial desire: hybridity in theory, culture and race*. New York: Routledge, 1995.

YUVAL-DAVIS, Nira. *Gender and nation*. Thousand Oaks: Sage, 1997.

